

Quando a desigualdade captura a democracia



» VIVIANA SANTIAGO
Diretora-executiva da
Oxfam Brasil

Em pouco mais de um mês, o Brasil voltará às urnas carregando a marca persistente de uma desigualdade que não se limita às diferenças de renda e patrimônio. O novo relatório da Oxfam Brasil, “Retrato da desigualdade brasileira: poder, privilégio e captura da democracia”, mostra que, apesar dos avanços no combate à pobreza, a parcela mais rica dos brasileiros concentra cada vez mais capacidade de influência e decisão. Dinheiro não compra apenas conforto. Compra acesso, capacidade de pressionar governos e definir prioridades.

Entre 2017 e 2023, enquanto a renda do conjunto das famílias cresceu 1,4% ao ano, a renda do 1% mais rico avançou 4,4%. No topo da pirâmide, a fatia dos 0,01% mais ricos viu sua renda crescer 7,9% ao ano. A participação do 1% mais rico na renda nacional passou de 20,4% para 24,3% no período. Quando a riqueza se concentra de forma tão extrema, o poder econômico se converte em poder político.

A fotografia das eleições de 2022 ajuda a entender esse mecanismo. Quase 45% dos eleitos

declararam patrimônio superior a R\$ 1 milhão. Entre os homens eleitos, 48% estavam nessa faixa; entre as mulheres, 26%. Na Câmara dos Deputados, os homens foram 82,3% dos eleitos, e as mulheres, apenas 17,7%. Entre todas as pessoas eleitas naquele ano, os homens brancos representaram 56,5%; mulheres negras, apenas 6%.

Não se trata de dizer que toda pessoa rica eleita defenderá privilégios, nem que pertencer a um grupo historicamente excluído determine automaticamente uma agenda política de justiça social. O ponto é outro: o caminho até a urna não é percorrido em condições iguais. Patrimônio, financiamento, exposição pública e conexões funcionam como filtros que ampliam as chances de alguns e restringem as de outros.

Quando a concentração da riqueza permite a um grupo influenciar de maneira desproporcional as decisões do Estado, estamos diante de uma captura da democracia. Captura que não acontece somente na disputa eleitoral. Continua depois dela, por meio do lobby pouco transparente, das portas giratórias entre empresas e governo, da influência sobre regulações e da disputa pelo orçamento público. Assim, pessoas que ninguém eleger podem exercer enorme poder sobre aqueles que foram eleitos. A soberania popular permanece formalmente intacta, mas sua capacidade de transformar a realidade fica limitada.

O sistema tributário reforça o desequilíbrio. Em 2023, a alíquota efetiva real do Imposto de Renda caiu para 4,6% para o 0,01% mais rico, por

tratamento favorecido. Enquanto isso, a população em geral compromete parcela muito maior de seus recursos com consumo e, portanto, com tributos indiretos. Na prática, protegemos o patrimônio e taxamos a sobrevivência.

Votar importa. Escolher com atenção quem são os candidatos, de onde vêm, quem sustenta suas trajetórias e quais interesses representam importa muito. Também importa ampliar a presença de mulheres, pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, representantes da comunidade LGBTQIA+ e outros grupos historicamente afastados dos espaços de poder.

Mas a democracia não se resume ao voto. Precisamos de regras transparentes para o lobby, prevenção de conflitos de interesse, controle das portas giratórias que facilitam o tráfego de interesses privados nos governos, fiscalização do financiamento político, maior participação social e um sistema tributário realmente progressivo, que enfrente os privilégios no topo.

Se queremos reduzir a desigualdade, precisamos olhar com atenção especial para aqueles que têm poder para produzi-la e preservá-la em detrimento da maioria. Porque a desigualdade brasileira não é um mero acaso ou acidente de rota, mas um projeto político deliberado. Em outubro, vamos às urnas escolher nossos representantes. A questão que deve nos acompanhar até lá, e continuar no dia seguinte à eleição, é até quando vamos aceitar uma democracia em que todos votam, mas poucos conseguem realmente decidir.

Quão grave é o quadro fiscal no Brasil?



» BENITO SALOMÃO
Professor do Programa de
Pós-Graduação em Economia
da Universidade Federal de
Uberlândia

A eleição brasileira está tomada pelo debate fiscal, entrevistas, sabatinas e editoriais têm cobrado dos candidatos posições quanto à questão fiscal do país. Mas a propósito, qual é a dimensão da questão fiscal que será herdada pela legislatura 2027-30? A questão fiscal tem muitas dimensões e responder sobre a dimensão do problema exige esforço de mais de um artigo, de forma que este é o primeiro de uma trilogia de textos que pretendo publicar neste espaço sobre o tema.

Em primeiro lugar, é importante salientar que o problema fiscal não surgiu agora, ele advém de um pacto político que estabeleceu direitos na Constituição Federal, direitos estes que recaem sobre o gasto público. Mas focando exclusivamente na legislatura atual, o déficit primário em 2023 foi 2,42% do PIB; três anos depois, no exercício fiscal de 2025, ele foi reduzido para 0,46%. A mediana de previsões do último Boletim Focus considera um déficit de 0,5% do PIB para 2026. Em suma, o esforço fiscal captado pela redução do déficit nessa legislatura é de 2 pontos percentuais do PIB, isso não é pouca coisa.

Uma das críticas à política fiscal é que a redução citada do déficit primário não é capaz de estabilizar a relação dívida/PIB. Para tanto, seria importante um superávit de 2,5% do PIB. Mover um orçamento em déficit de 2,42% do PIB para um superávit de 2,5% significaria um esforço fiscal de quase 5 pontos percentuais do PIB em um único quadriênio. É um erro supor que um ajuste fiscal dessa magnitude seria neutro do ponto de vista do crescimento e do emprego, negligenciando seus impactos recessivos. É preciso salientar que a economia dá sinais de desaceleração, um choque fiscal visando corrigir déficit nesse contexto, pode criar uma dura recessão. Reformas fiscais devem se basear na tradição gradualista da política econômica brasileira, salientando que a estratégia atual de ajuste fiscal gerou redução do déficit preservando a atividade.

A segunda crítica é que o resultado primário não é uma boa métrica fiscal, e que o problema é a dinâmica do gasto primário. Normalmente tal tese é fundamentada no crescimento da despesa em unidades monetárias que, no caso do governo federal, cresceu de R\$ 2.178 para R\$ 2.504 bilhões em termos reais entre 2023-25, um salto de R\$ 325 bilhões. Porém, medindo a despesa em percentual do PIB, o gasto público no Brasil oscilou de 18,2% para 19% do PIB no período, uma oscilação de 0,8% pontos percentuais do PIB em três anos.

Sob uma perspectiva mais longa, de 2010 para cá, a despesa primária federal média em relação ao PIB foi 19,5% — ou seja, a performance atual não difere da história recente no Brasil. O ponto fora da curva foi exatamente 2022-23, quando se debatia na imprensa o risco de overshoot da máquina pública, possivelmente condicionado àquela despesa de 18,2% do PIB, abaixo da média histórica. Os dados atuais revelam que, sob uma perspectiva mais longa, no jargão da econometria, a despesa cointegra com o PIB e isso ajuda a preservar estáveis as participações dos setores público e privado na economia.

Aqui um pequeno parêntese, no recorte de curtíssimo prazo, incorporando os dados parciais de 2026, a despesa pública avançou para 20,1% do PIB. Essa evolução tem a ver com desaceleração em curso do PIB, mas principalmente com as medidas anunciadas pelo governo em ano eleitoral. Ciclos políticos eleitorais são fenômenos das democracias amplamente documentados pela literatura, incumbentes têm o incentivo de adotar políticas expansionistas em anos eleitorais e compensar com contractionistas em períodos após as eleições. Portanto, na ausência de fatos novos, é possível acreditar na convergência da despesa para sua tendência em 2027.

Mas a principal crítica à política fiscal vigente é sobre a trajetória da dívida pública, que avançou de 71,4% para 81,9% entre 2023-26. Ao todo, foram 10 pontos percentuais do PIB em um quadriênio. Esse realmente é o principal problema de curto prazo no país, mas é preciso chamar atenção para uma questão de diagnóstico. Dívida pública não é sobre fiscal exclusivamente, trata-se de um produto da interação fiscal-monetário. Constatar isso não é mero preciosismo teórico. Existem implicações de política econômica não negligenciáveis, sobretudo em ano de eleições.

Segundo os dados supracitados, a despesa pública guarda proporção estável em relação ao PIB nos últimos 16 anos, já o déficit primário é um dos menores dos últimos 12 anos. Isso elucida que a trajetória recente da dívida guarda pouca relação com o desenho fiscal e tratá-la como um fenômeno puramente fiscal requer recomendações de política baseadas em restrições duras. Se esse diagnóstico prevalecer, as políticas monetárias e macroprudenciais têm pouco papel a desempenhar. Este tema eu pretendo resgatar no próximo artigo.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Tipo, topos, totem: Embaixada do México em Brasília



» LEANDRO DE SOUZA CRUZ
Docente da Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de Brasília (UnB)

Quando Brasília ainda convencia o mundo de que não era uma miragem no Planalto Central, Juscelino Kubitschek e o Ministério das Relações Exteriores ofereceram às representações estrangeiras terrenos de 25 mil metros quadrados. A dádiva trazia, como contrapartida, a expectativa de que cada país confiasse sua sede a profissionais capazes de expressar sua cultura, em diálogo com a arquitetura da nova capital e a paisagem do Cerrado. Em gesto afirmativo do governo brasileiro, a Avenida das Nações foi inaugurada ainda em 1958, mesmo ano do Palácio da Alvorada e do Eixo Monumental.

Como aponta Paulo Roberto Santos na dissertação *Arquitetura estrangeira e outras arquiteturas* (2005), foi só nos anos de 1970, após a abertura do Palácio Itamaraty em 20 de abril de 1970, que ocorreu o grande fluxo de inaugurações. A partir disso, muitos países passaram a construir e transferir suas sedes para a nova capital, implicando um conjunto de obras projetadas por arquitetos estrangeiros, tais como as embaixadas de Portugal, Alemanha, Itália e México, entre outras.

Inaugurada em 12 de outubro de 1976, a Embaixada do México ocupa posição de destaque nesse conjunto. Projetada entre 1973 e 1975 por Teodoro

González de León, Abraham Zabludovsky e Francisco Serrano, a obra materializa as relações entre duas nações modernas que não renunciam a sua memória sobre a colonização e sua superação.

O conjunto é composto por Chancelaria, na cota mais baixa; a Residência Oficial, ao centro do terreno; e o Conjunto Habitacional, com oito residências para diplomatas, na parte alta, com acesso por uma via secundária. O “motivo central” das três edificações, segundo Francisco Serrano, é o pórtico, como uma reinterpretação tipológica específica para cada uma das edificações.

Nas residências dos diplomatas, ele conduz a um pátio central, escalonado, que distribui os acessos e reinterpreta o claustro, um tema tão caro para a arquitetura tradicional quanto para o problema da habitação mínima no século 20.

A residência do embaixador evoca uma citação à Villa Stein-de-Monzie (1926-1928) de Le Corbusier, uma afinidade que remete aos 18 meses em que González de León trabalhou no escritório do arquiteto franco-suíço, entre 1948 e 1949. Aqui o pórtico abriga um conjunto de escadas, patamares e terraços que prolongam a promenade architecturale em direção ao espaço externo. A vanguarda europeia submete-se a uma reinvenção com o acento da cultura arquitetônica moderna mexicana, com sombras generosas e grandes planos envidraçados.

A Chancelaria enfrenta o problema do palácio moderno, organizando os escritórios com a racionalidade e a transparência necessárias às instituições democráticas. Sua genealogia, no entanto, é barroca. O edifício principal, como um corpo de logis, é ladeado por grandes taludes que encerram um cour d’honneur, conformando um pátio ciclópico voltado para o Lago Paranoá.

Tudo começa, porém, com a movimentação da topografia. A terra é empurrada de modo a formar plataformas sobre as quais repousam as construções. Como mostrou Maria Manuel Oliveira (2016), Brasília foi construída na “linha do horizonte”, pela manipulação do chão, lembrando que o próprio Eixo Monumental nasceu do agenciamento de cortes e aterros.

Por fim, cabe destacar que se trata de um caso singular no setor, por ser a única embaixada com acesso livre ao público, sem grades nem guaritas, em um gesto que converte a forma arquitetônica em disposição política. Ainda sobre o acesso principal, a réplica da cabeça olmeca e a portada assimétrica tornam inquietante a relação entre tradição e inovação, numa colagem radical herdada das vanguardas de começo do século 20.

Em *O destino de Brasília* (2010), Kenneth Frampton apontou uma limitação evidente dos Setores de Embaixadas, com seus edifícios mal relacionados, incapazes de conformar um verdadeiro bairro diplomático. Nada mais distinto do caso mexicano: como observou Eduardo Rossetti em *Arquiteturas de Brasília* (2012), a abertura do pátio traduz a expectativa de relações bilaterais efetivas, criando um limiar comum, de modo que aquela paisagem já não pertence mais só ao Brasil ou ao México.

Na comemoração de seus 50 anos, a Embaixada do México reafirma seu interesse além da arquitetura. Sua monumentalidade confere ao conjunto uma condição totêmica, que guarda a cultura mexicana sem perder a universalidade de um projeto político comum, ou, inversamente, parte de uma vocação universal, diplomática, para tornar-se presença mexicana situada em Brasília.